

Assembléia dá prazo de 15 dias

Quinze dias. Esse foi o prazo dado ontem pelos professores da rede pública para que o Governo do Distrito Federal avance nas propostas de negociação salarial.

Em assembléia, 1.500 professores votaram contra a greve por tempo indeterminado a partir de hoje. No entanto, julgaram insuficiente a proposta do governo de aumentar em 21% o piso da categoria, que tem 21 mil representantes.

Venceu, por pequena diferença, a proposta do Sindicato dos Professores (Sinpro) de continuar as negociações até 11 de maio, quando haverá nova assembléia com paralisação e indicativo de greve, às 9h30, no estádio Mané Garrincha.

“As perdas salariais da categoria desde o Plano Real chegam a 130,08%”, disse o diretor do Sinpro, Ruyter José de Lima.

Piso — Com a proposta do gover-

no de aumentar em 21% o piso salarial — que atinge só os padrões de 1 a 5 (início de carreira) dos três níveis (formação) —, o menor salário passaria de R\$ 237,35 para R\$ 287,19.

Além da reposição, o sindicato quer o pagamento integral do passivo referente ao Plano Bresser.

O governo propõe o parcelamento de 75% da dívida líquida (R\$ 48,8 milhões) em oito parcelas. A partir de 15 de maio, os professores receberiam a primeira parcela de R\$ 500,00.

“O que o governo ofereceu não atende nossas exigências, mas não acho bom paralisar agora. Ainda se pode buscar recursos na área federal”, frisou a professora de Geografia do Colégio da Asa Norte e do Colégio da Caseb, Deusu Guerra, nível III (licenciatura plena).

Trabalho — Ela leciona há nove anos na Fundação Educacional e ganha “uns R\$ 900,00” para trabalhar

40 horas semanais. A professora Raquel de Sousa, nível III, acrescenta: “Não há como avançar. Greve só em último caso.”

Já a professora da Escola Classe nº 4 do Gama, Leila Darc, acha que as negociações só avançarão se o governo for pressionado.

Segundo ela, o mais importante é garantir a reposição das perdas salariais. “Trabalho há nove anos em regime de 40 horas e ganho R\$ 710,98 líquidos”, reclamou.

“Esperamos que o governador e o secretário de Educação consigam sensibilizar o governo federal para a questão”, afirmou a deputada distrital e representante do governo, Lúcia Carvalho.

Para ela, a proposta aos professores vai custar aos cofres do governo R\$ 40 milhões. “Esse valor será conseguido através do enxugamento da máquina administrativa”, garantiu.